



# Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

EXERCÍCIO 2017

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DEMCAD:

No Exercício foram realizadas aberturas de Créditos Adicionais, tanto Especial quanto Suplementar, sendo que este último foi realizado tanto em favor da própria UG Câmara Municipal quanto em favor da UG Prefeitura Municipal de Muniz Freire.

A seguir o detalhamento referente à abertura de créditos adicionais realizados durante o Exercício:

	(R\$)
Despesa fixada conforme LOA	<b>2.272.000,00</b>
( + ) Crédito Adicional Especial resultante de anulação de dotação	3.000,00
( + ) Crédito Adicional Suplementar resultante de anulação de dotação	72.000,00
( - ) Anulação de dotações	- 75.000,00
( - ) Anulação de dotações para outras UGs	- 20.000,00
Despesa Autorizada	<b>2.252.000,00</b>

### FIXSUB:

A legislação federal e Lei Orgânica Municipal determinam que o valor do subsídio dos Vereadores tem que ser fixado em uma legislatura para vigorar na subsequente. A legislação do Município de Muniz Freire determina em seu Regimento Interno - Art. 151 - que a fixação deve ser feita até o mês de março do último ano do mandato, conforme se segue:



## Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

### *Regimento Interno:*

*Art. 151 - O Vereador será remunerado exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.*

*§ 1º - O subsídio dos Vereadores será fixado em cada legislatura para vigorar na subsequente, sujeito aos impostos gerais, inclusive o de renda e os extraordinários, observando-se o que dispõe a Constituição Federal, a legislação complementar pertinente, a Lei Orgânica Municipal, sendo que para o subsídio serão observados os preceitos constantes no presente Regimento.*

*§ 2º - O Projeto que trata do subsídio é de iniciativa exclusiva da Mesa da Câmara Municipal, ou da maioria de seus membros, devendo ser protocolado até a primeira sessão ordinária do mês de março do último ano do mandato.*

Cumprindo o citado dispositivo regimental, o valor do subsídio dos Vereadores para a legislatura 2017/2020 foi fixado através da Lei 2.415/15, de 01/07/2015, sendo:

Vereador: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Presidente: R\$ 7.590,00 (sete mil, quinhentos e noventa reais)

Na data de 04/10/2016, ou seja, no primeiro dia útil após as eleições municipais, os integrantes da Mesa da Câmara Municipal protocolaram o Projeto de Lei 014/16, de 30/10/2016, que tinha como objetivo alterar o valor do subsídio dos Vereadores estabelecidos pela Lei 2.415/15. Tal Projeto culminou com a Lei 2.472/16, de 11/11/2016, tendo alterado o valor do subsídio para:

Vereador: R\$ 1.740,00 (um mil, setecentos e quarenta reais)

Presidente: R\$ 2.436,00 (dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais)

Ressaltamos que o Projeto de Lei 014/16 feriu todos os preceitos legais e regimentais existentes conforme enunciamos:

- a) Foi protocolado no primeiro dia útil após o resultado das eleições municipais, ou seja, contrariou a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno que dispõe que a fixação tem que ocorrer antes das eleições municipais. Tal Projeto feriu gravemente e contrariou os princípios da legalidade e moralidade;



## Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

- b) Foi protocolado no primeiro dia útil após o resultado das eleições municipais, ou seja, quando já se sabia quem havia sido ou não eleito. E dos 09 (nove) vereadores existentes em 2016, todos candidatos à reeleição, somente um foi reeleito. Tal Projeto feriu gravemente e contrariou os princípios da impessoalidade;
- c) O Projeto tramitou ferindo gravemente todos os prazos estabelecidos pelo Regimento Interno, ou seja, feriu o princípio da legalidade, conforme se pode comprovar através da cópia do Projeto de Lei constante do arquivo FIXSUB;
- d) O Parecer Jurídico foi contrário ao Projeto por ferir os princípios da anterioridade, legalidade, moralidade e impessoalidade, conforme se pode comprovar através da cópia do Projeto de Lei constante do arquivo FIXSUB;
- e) O Art. 82 do Regimento Interno (abaixo transcrito) dispõe sobre a necessidade de, diante do parecer jurídico, a Comissão, sendo contrário a ele, ter que fundamentar tal discordância. Tal preceito foi desrespeitado pela Comissão, conforme se pode comprovar através da cópia do Projeto de Lei constante do arquivo FIXSUB;

*Art. 82 - Sendo um projeto considerado ilegal e inconstitucional pela Assessoria Jurídica a Comissão de Constituição de Justiça e Redação somente poderá ser favorável ao mesmo caso fundamente, em seu parecer, os motivos da não concordância com o mesmo.*

Após a posse dos vereadores, o qual se deu em 01/01/17, os mesmos verificaram que a Lei 2.472/16, de 11/11/16, não poderia ser aplicada por ser totalmente contrária aos preceitos legais. De igual forma constataram que os valores estabelecidos pela Lei 2.415/15 eram totalmente incompatíveis com a atual situação financeira municipal e legislativa, não havendo como pagar tais valores e comprometendo totalmente as finanças e limites legais estabelecidos. Diante de tais fatos decidiram por revogar tais leis (2.415/15 e 2.472/16), apresentando o Projeto de Lei 001/2017, o que resultou na Lei 2.497/17.

Considerando, ainda, a situação financeira precária pela qual passava o Município, decidiram também revogar as Leis 2.347/14 e 2.396/15, as quais concederam reajustes no valor do subsídio, apresentando o Projeto de Lei 002/2017, o que resultou na Lei 2.496/17.

Assim sendo deixou-se de aplicar o valor estabelecido pela Lei 2.415/15, os quais eram incompatíveis com a situação financeira existente em 2017, bem como os valores estabelecidos após



## **Câmara Municipal de Muniz Freire**

Estado do Espírito Santo

as eleições de 2016, os quais eram ilegais. Os valores que então passaram a ser considerados para a legislatura 2017/2020 foram aqueles fixados através da Lei 2.267/12, que fixou os mesmos para a legislatura 2013/2016, ou seja:

Vereador: R\$ 4.390,00 (quatro mil, trezentos e noventa reais)

Presidente: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)